



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia do República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 276301

Classificação

05/03/02 / 1 / 1

Data

08/09/10

REQUERIMENTO

Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA

Número 2511 / x (3ª)

Expeça-se

Publique-se

12/9/2008

O Secretário da Mesa

Fernando Santos

Por determinação de SEG XPEAR, à
Sra. Secretária da Mesa _____

08.09.10

[Signature]

Assunto: Programa Nacional de Juventude

Destinatário: Ministro da Presidência

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Ao longo da presente legislatura, o Governo foi anunciando, embora com intensidade variável, uma suposta estratégia no âmbito do desenvolvimento de uma política de juventude articulada entre os diversos ministérios, assim também a revestindo de um carácter político transversal.

Com particular destaque para o início da legislatura, o Governo anunciou por diversas vezes a criação da Comissão Interministerial para a Juventude e a elaboração do Programa Nacional de Juventude. De acordo com o próprio Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, estas linhas de intervenção do Governo assegurariam uma nova dinâmica na política do Governo, assim rompendo com décadas de letargia e de incumprimento das responsabilidades que lhe cabem de acordo com a Constituição da República Portuguesa.

Em Setembro de 2008, porém, passados mais de três anos sobre a tomada de posse do actual Governo do Partido Socialista, as insuficiências e incapacidades do Estado perante a juventude acentuam-se em todas as suas dimensões. Quer seja no quadro do apoio ao associativismo juvenil e estudantil, através do Instituto Português de Juventude, quer seja no quadro da política de habitação para jovens, ou ainda no âmbito da política laboral.

A verdade é que, independentemente da propaganda do Governo, independentemente das teses do "empreendedorismo", o desemprego entre a juventude continua a verificar níveis absolutamente inaceitáveis, sendo mais de o dobro da taxa de desemprego nacional. Apesar da propaganda, o Programa "porta 65 jovem" representa na maior parte dos casos uma retirada de direitos e de apoios aos jovens perante o arrendamento de habitação. As associações de estudantes têm perdido importantes fatias do seu financiamento e muitas vezes os apoios chegam fora de horas, comprometendo as Associações com gastos a que não podem fazer frente sem o apoio do



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Estado. Os jovens são os mais afectados pela precariedade laboral, sendo que estão em grande parte empregados por via de contratos a termo certo, empresas de trabalho temporário, ou mesmo com recurso aos chamados "falsos recibos verdes". A Educação Sexual nas Escolas continua por concretizar-se, pese embora exista uma lei para a sua implementação desde 1984. O valor das propinas e outros custos associados à Educação e ao Ensino continuam a subir significativamente e a acção social escolar do Ensino Superior tem sido substituída por empréstimos bancários. Os jovens do interior do país deslocam-se em massa para Espanha para poderem trabalhar, abandonando durante os dias úteis da semana, as suas aldeias e vilas, aumentando os problemas sociais e as assimetrias regionais. A toxicodependência continua a afectar milhares de jovens por todo o país, penetrando os meios escolares, quer em meio urbano, quer em meio rural. O abandono e insucesso escolares são, apesar das tentativas de branqueamento que o Governo tem conduzido, ainda hoje factores de elevada preocupação. O número de licenciados no desemprego, grande parte do qual é constituída por jovens, duplicou nos últimos 8 anos.

Estes são apenas alguns dos problemas com que os jovens portugueses se defrontam. Embora a Constituição da República Portuguesa contenha orientações muito claras no que toca ao papel do Estado perante a Juventude, a verdade é que a condição social dos jovens em Portugal tem vindo a degradar-se acentuadamente.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Presidência** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

- 1- Quantas vezes e em que datas reuniu a Comissão Interministerial para a Juventude do Governo?
- 2- Quais os resultados objectivos, até à presente data, das reuniões da Comissão Interministerial para a Juventude?
- 3- Em que fase de concretização se encontra o Programa Nacional de Juventude?
- 4- Quais foram os objectivos concretos estabelecidos para o Programa Nacional de Juventude?
- 5- Qual tem sido o balanço da actividade do IPJ no seguimento da sua reestruturação no terreno?

Palácio de S. Bento, 10 de Setembro de 2008

Deputado,

Miguel Tiago